



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.601, DE 2021** **(Do Sr. Professor Joziel )**

Estabelece a Política de Proteção dos Biomas Nacionais.

### **NOVO DESPACHO:**

APENSE-SE A ESTE O PL 2844/2021. EM DECORRÊNCIA DESSA APENSAÇÃO, DETERMINO A INCLUSÃO DA CFT PARA SE MANIFESTAR SOBRE O MÉRITO E A ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA MATÉRIA.

ÀS COMISSÕES DE:

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 2844/21

**(\*) Atualizado em 20-09-21, em razão de novo despacho e apensação (1)**

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. PROFESSOR JOZIEL)

Estabelece a Política de Proteção dos Biomas Nacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política de Proteção dos Biomas Nacionais e as metas do Brasil para conservação dos ecossistemas naturais e para restauração de ecossistemas alterados.

Art. 2º São objetivos da Política de Proteção dos Biomas Nacionais:

I - a conservação da biodiversidade;

II – a valoração e uso sustentável dos recursos biológicos;

III – o acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos;

IV – a manutenção de amostras significativas das áreas naturais remanescentes;

V – a restauração da estrutura e função de ecossistemas degradados;

VI – a segurança hídrica;

VII – a prevenção de catástrofes;

VIII – a preservação da fauna.

Art. 3º São instrumentos da Política de Proteção dos Biomas Nacionais:

I – o zoneamento ambiental;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Joziel  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213871708900>



II - o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente  
– Sinima;

III – o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da  
Natureza – SNUC;

IV – o Cadastro Ambiental Rural – CRA;

V – o Programa de Regularização Ambiental – PRA;

VI – o pagamento por serviços ambientais;

VII – a servidão ambiental

VIII – a concessão florestal

XIX– o Programa de Conversão de Multas Ambientais;

XX – a Cota de Reserva Ambiental – CRA.

Art. 4º Ficam estabelecidas as seguintes metas de cobertura  
territorial para áreas protegidas no âmbito do SNUC até o ano de 2030:

I – no bioma Amazônia, 35% do bioma, sendo pelo menos 20%  
do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção integral;

II – no bioma Caatinga, 30% do bioma, sendo pelo menos 15%  
do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção integral;

III – no bioma Cerrado, 20% do bioma, sendo pelo menos 10%  
do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção integral;

III – no bioma Mata Atlântica, 20% do bioma, sendo pelo  
menos 5% do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção  
integral;

IV – no bioma Pampa, 10% do bioma, sendo pelo menos 5%  
do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção integral;

V – no bioma Pantanal, 10% do bioma, sendo pelo menos 5%  
do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção integral;

VI – no bioma Marinho, 30% do bioma, sendo pelo menos 15%  
do bioma sob a forma de unidades de conservação de proteção integral.



Art. 6º A conservação de ecossistemas naturais remanescentes, fora das unidades de conservação, não poderá ser inferior a 30% em cada um dos biomas terrestres, somando-se as áreas de reserva legal, de preservação permanente, de servidão ambiental e outras áreas não designadas, conforme dispuser o regulamento.

Art. 7º O regulamento desta lei disporá sobre as metas de restauração de ecossistemas, levando em consideração o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e os Programas de Regularização Ambiental (PRA) aprovados pela União, pelos estados e pelo Distrito Federal.

Art 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O mundo vive, já há um ano e meio, uma pandemia que mudou as percepções e os hábitos de grande parte da humanidade, com sérios questionamentos sobre o que sempre se considerou líquido e certo sobre nosso futuro. Para além da pandemia, na construção do mundo que virá, teremos que lidar também com uma crise climática que se avoluma, e cujos reflexos podemos sentir com a atual crise hídrica, que afeta a região mais populosa do país.

A imprevisibilidade das chuvas, o aumento das queimadas, e a perda dos serviços ambientais com o desmatamento ameaçam sobremaneira o abastecimento público, a produção agrícola, a economia e a segurança alimentar nesse nosso país já tão combalido. Todos esses fenômenos estão interligados.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) coordenam o Projeto Rios voadores, estudando o fenômeno do transporte do vapor de água no Brasil. Coletando amostras de água em dezenas de localidades, e também amostras de vapor de água na atmosfera, o Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da



Universidade de São Paulo/Piracicaba, analisou a assinatura isotópica (composição atômica das moléculas de água), e concluiu que:

*A **floresta amazônica funciona como uma bomba d'água.** Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo oceano Atlântico e carregada pelos ventos alíseos. Ao seguir terra adentro, a umidade cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da **evapotranspiração das árvores** sob o sol tropical, a floresta devolve a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água. Dessa forma, o **ar é sempre recarregado com mais umidade**, que continua sendo transportada rumo ao oeste para cair novamente como chuva mais adiante.*

***Propelidos em direção ao oeste, os rios voadores** (massas de ar) recarregados de umidade – boa parte dela proveniente da evapotranspiração da floresta – **encontram a barreira natural formada pela Cordilheira dos Andes.** Eles se **precipitam** parcialmente nas encostas leste da cadeia de montanhas, formando as **cabeceiras dos rios amazônicos.** Porém, **barrados pelo paredão de 4.000 metros de altura**, os rios voadores, ainda transportando vapor de água, fazem a curva e **partem em direção ao sul, rumo às regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e aos países vizinhos.**<sup>1</sup>*

O maior bioma nacional é fonte da maior parte das chuvas que abastecem o país, garantindo a produção agropecuária no Centro-Oeste, além de parte do Sul e do Sudeste. Vale considerar, nesse momento, que quando falamos em bioma, estamos nos referindo a ele como um todo, ou seja, sua fauna, flora, clima e seus recursos hídricos.

Já se sabe, desde os anos 1970, que a Amazônia produz metade das precipitações que o próprio bioma recebe, reciclando a água que evapora do Atlântico, é absorvida pelas plantas e devolvida ao ar por transpiração, conduzindo-a sucessivamente mais para oeste, até o sopé dos Andes. Posteriormente, o Projeto Rios Voadores demonstrou, como esclarecido acima, que parte dessas chuvas é defletida para o centro da América do Sul, irrigando as regiões mais produtivas do Brasil. Como ressalta o Dr. Eneas Salati, renomado agrônomo e climatologista brasileiro:



<sup>1</sup> <https://riosvoadores.com.br/>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Joziel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213871708900>



*Vale a pena lembrar que uma das **previsões do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)** é que **parte da Amazônia, com o aquecimento global, vai virar um grande cerrado**. E isso vai afetar todo o regime de águas. Não só pela preservação da biodiversidade daquela região, como também pela importância dela na determinação do clima regional e de outras áreas, é importante que todos se perguntem: **se a floresta for destruída com desmatamentos e com o aquecimento global, o que vai acontecer com o clima do resto do País?**<sup>2</sup>*

Nas demais regiões do país, que recebem as chuvas diretamente produzidas pela evaporação no oceano, a vegetação não é menos importante para o regime hídrico. São as florestas, cerrados e campos nativos que permitem a infiltração da água no solo e a recarga do lençol freático e dos aquíferos.

É argumento frequente que o Brasil seria o país que mais protege suas florestas (não é, infelizmente). Nosso país, apesar de manter a maior floresta tropical contínua do mundo, está em segundo lugar. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO<sup>3</sup>), a Rússia mantém 20% das florestas do globo, seguida pelo Brasil (12%), Canadá (9%), Estados Unidos (8%) e China (5%).

Mas o percentual de vegetação pode ser visto por outro ângulo. O percentual de vegetação ainda mantida dentro de cada país. Nesse caso, o Brasil, segundo os dados mais recentes do Projeto MapBiomas<sup>4</sup>, tem hoje 68,5% das terras cobertas por formações naturais (florestas, savanas, mangues, campos, apicuns, dunas e corpos d'água naturais). Isso nos coloca em posição de destaque e protagonismo no cenário mundial. Mas também merece um alerta, pois, em pouco mais de três décadas, a cobertura vegetal perdeu 12,8% do que havia em 1985.

Essa perda de ecossistemas naturais ocorreu pela ocupação do território em diferentes momentos, e diferentes ritmos em cada região do país. Hoje, a Amazônia ainda tem 85,9% de vegetação natural, mas esse

2 [https://www.fbds.org.br/article.php3?id\\_article=417](https://www.fbds.org.br/article.php3?id_article=417)

3 <http://www.fao.org/forest-resources-assessment/2020/en/>

4 <https://mapbiomas.org/>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Joziel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213871708900>



percentual cai no Pantanal (84,3%), na Caatinga (62,9%), no Pampa (55,5%), no Cerrado (53,9%) e na Mata Atlântica (33,3%). Todos em perda acelerada, apesar dos esforços em estabelecer áreas protegidas por lei, na forma de unidades de conservação, terras indígenas, reserva legal e áreas de preservação permanente.

No oceano a degradação também avança, ameaçando nossa Amazônia Azul de diversas maneiras. Em 2019 vivenciamos o pior derramamento de óleo da história do país, contaminando a costa brasileira do Rio Grande do Norte ao Espírito Santo. Mas antes disso, já sabemos pelo extenso programa de pesquisas coordenado pela Marinha do Brasil, o abuso dos recursos naturais no mar territorial. O Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – ReviZEE alertou para o comprometimento da maior parte dos estoques pesqueiros por sobreexploração.

A extensão e a velocidade da degradação dos recursos naturais só podem ser contidas com a criação de santuários, como as unidades de conservação regidas pela Lei nº 9.985/2000. Hoje, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente<sup>5</sup>, o Brasil tem 18,15% da área continental e 26,38% da área marinha protegidos por unidades de conservação, mas a quase totalidade por unidades de uso sustentável, principalmente APA – áreas de proteção ambiental, que oferecem mínimo grau de proteção. Somente 6,03% da área continental e 3,32% da área marinha encontram-se em unidades de conservação de proteção integral.

Percentual dos biomas protegidos por unidades de conservação de proteção integral (estação ecológica, monumento natural, parque, refúgio de vida silvestre e reserva biológica) e de uso sustentável (floresta, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva de fauna, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, reserva particular do patrimônio natural).

|          | Proteção integral | Uso sustentável | Total   |
|----------|-------------------|-----------------|---------|
| Amazônia | 9,79%             | 17,87%          | 28,00 % |
| Caatinga | 2,23%             | 6,44%           | 8,80%   |
| Cerrado  | 2,72%             | 5,50%           | 8,44%   |

5 [https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC\\_FEV20%20-%20C\\_Bio.pdf](https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC_FEV20%20-%20C_Bio.pdf)

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Joziel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213871708900>



|                           |       |        |        |
|---------------------------|-------|--------|--------|
| Mata Atlântica            | 1,97% | 7,22%  | 9,84%  |
| Pampa                     | 0,54% | 2,32%  | 2,94%  |
| Pantanal                  | 2,92% | 1,71%  | 4,63%  |
| Total da área continental | 6,03% | 11,81% | 18,15% |
| Total da área marinha     | 3,32% | 23,06% | 26,38% |

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>

Observação: o total é inferior à soma das colunas porque há sobreposição entre unidades de conservação.

Com base nos números acima, procurei estipular como metas para ampliação do SNUC percentuais que dobrem as áreas sob proteção integral, mas também aumentem as unidades de conservação de uso sustentável. Além disso, é preciso dinamizar as iniciativas e os instrumentos econômicos de conservação dos ecossistemas remanescentes e restauração dos ambientes degradados, tornando-os novamente produtivos para a economia e para a provisão de serviços ambientais.

Em pleno século XXI, com domínio de técnicas de produção agrícola moderna, graças às décadas de desenvolvimento tecnológico promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), continuamos utilizando a terra como se fosse um insumo gratuito. Disponível para ocupação ilegal, degradação, e avanço sobre novas fronteiras agrícolas.

O desmatamento é um dos nossos maiores limitadores para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e para melhor inserção no cenário econômico mundial. Também é um dos aspectos mais criticados pelo último relatório de avaliação do Brasil, publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>6</sup>. Não somente as chances de ingresso na organização, que o Brasil vem pleiteando há anos, como a manutenção dos mercados importadores de produtos brasileiros, principalmente commodities agrícolas, dependem do compromisso nacional efetivo com a mitigação das mudanças climáticas e com a conservação da biodiversidade.

6 <https://www.oecd.org/environment/country-reviews/Brazils-progress-in-implementing-Environmental-Performance-Review-recommendations-and-alignment-with-OECD-environment-acquis.pdf>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Joziel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213871708900>





A Organização das Nações Unidas (ONU), que administra a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) já discute as metas da Agenda 2030, com intenção de alcançar pelo menos 30% das áreas terrestre e marinha como espaços formalmente protegidos, sendo 10% sob proteção integral<sup>7</sup>. Essa é vista como a única maneira de garantir que os recursos da biodiversidade, e todo seu valor para o desenvolvimento das nações, não seja perdido por extinções em massa, ruptura dos serviços ambientais e um empobrecimento geral da humanidade.

Esta casa tem o dever de se posicionar na vanguarda das iniciativas de proteção e uso sustentável do patrimônio nacional, especialmente dos bens de uso comum do povo, como é o caso da riqueza biológica do país. Somente assim poderá o Brasil ser protagonista das mudanças que as grandes nações e maiores economias do mundo já estão projetando, implementando, e que nos afetarão de uma maneira ou de outra. Ou o Brasil retoma a liderança que sempre exerceu no campo ambiental, ou será levado de roldão pelos demais países.

Sala das Sessões, em        de        de 2021.

Deputado PROFESSOR JOZIEL



<sup>7</sup> <https://www.cbd.int/doc/c/efb0/1f84/a892b98d2982a829962b6371/wg2020-02-03-en.pdf>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Joziel

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213871708900>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies; entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, a águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - conservação *in situ* : conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos

recursos naturais;

X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original;

XV - (VETADO)

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

.....

## **PROJETO DE LEI N.º 2.844, DE 2021**

**(Do Sr. Sergio Souza )**

Dispõe sobre diretrizes e ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere à conservação e ao uso sustentável dos Biomas brasileiros, e cria o Fundo Biomas.

### **DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-2601/2021. EM DECORRÊNCIA DESSA APENSAÇÃO, DETERMINO A INCLUSÃO DA CFT PARA SE MANIFESTAR SOBRE O MÉRITO E A ADEQUAÇÃO FINANCEIRA DA MATÉRIA.

**PROJETO DE LEI Nº de 2021****(Do Sr. Sergio Souza)**

Dispõe sobre diretrizes e ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere à conservação e ao uso sustentável dos Biomas brasileiros, e cria o Fundo Biomas.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

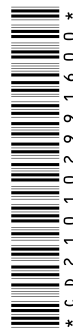
**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre diretrizes e ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere à conservação e ao uso sustentável dos Biomas brasileiros, e cria o Fundo Biomas.

§ 1º. Para os fins desta Lei, consideram-se biomas brasileiros o Cerrado, a Amazônia, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pampa e o Pantanal, nos moldes definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º. Em propriedades privadas, a conservação e o uso sustentável de que trata o *caput* são considerados atendidos quando observadas as regras de proteção contidas na legislação ambiental vigente, notadamente a aplicação da Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, inclusive no que se refere aos dispositivos e mecanismos específicos destinados à regularização ambiental de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sergio Souza  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210102991600>



áreas rurais consolidadas, que são aplicáveis indistintamente a todos os Biomas brasileiros.

**Art. 2º.** A conservação e uso sustentável dos Biomas brasileiros será realizada considerando-se as seguintes diretrizes:

I – o desenvolvimento sustentável, no âmbito nacional e em cada região do país, considerando suas características específicas;

II – a soberania nacional;

III – a proteção da biodiversidade, por meio da conservação da vegetação nativa, da restauração ecológica, da prevenção e combate ao desmatamento e aos incêndios florestais ilegais;

IV – a mitigação da emissão dos gases de efeito estufa;

V – a conservação dos recursos hídricos, em qualidade e quantidade, para garantir a segurança hídrica da população brasileira, inclusive por meio da revitalização de bacias hidrográficas;

VI – a valorização de condutas que promovam a conservação e recuperação de serviços e demais ativos ambientais prestados pelos ecossistemas, inclusive por meio da desoneração dos custos associados à adoção de medidas de preservação e da remuneração dos provedores de serviços ambientais;

VII – a conservação dos solos e a adoção de boas práticas agronômicas nas áreas com atividades agrossilvipastoris;

VIII – a recuperação de áreas degradadas e sua incorporação ao processo produtivo, especialmente para a produção de alimentos e energia;

IX – a pesquisa científica destinada à identificação e aproveitamento das potencialidades e oportunidades do uso sustentável de recursos naturais, inclusive acerca do conhecimento da biodiversidade, a bioprospecção e a manutenção de bancos de germoplasma das espécies nativas;

X – a diversificação da economia, de acordo com a vocação de cada região do país, inclusive por meio do fomento a atividades pautadas no uso da



biodiversidade, à geração de renda com sustentabilidade e ao fortalecimento da cadeia produtiva das atividades agrossilvipastoris e à segurança alimentar do país;

XI – a segurança jurídica em relação às normas e parâmetros ambientais que incidam no desenvolvimento de atividades produtivas, notadamente pelo reconhecimento de direitos adquiridos em face de alterações legais, pelo respeito ao direito de propriedade e ao direito de justa e prévia indenização no caso de expropriação no interesse da coletividade, inclusive no que se refere à criação e implantação de unidades de conservação da natureza.

Parágrafo único: Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I – Bioma: conjunto de vida, vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria;

II – Biodiversidade: também denominada como diversidade biológica, é a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, bem como a diversidade dentro de espécies, entre espécies e ecossistemas.

III - Conservação: a proteção da biodiversidade, compreendendo a preservação, dos ecossistemas naturais para que possam produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, para as atuais gerações, manter seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral;

IV – Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, compreendendo a compatibilização de aspectos ecológicos, sociais e econômicos, considerando as características de cada região do país;



V – Extrativismo sustentável: atividades destinadas à extração de produtos como madeira, sementes, castanhas, frutos, flores, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós, bulbos, bambus, raízes e outros não energéticos, geralmente realizadas por meio de ações de base comunitária e respeitada a capacidade de suporte dos ecossistemas;

VI – Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis com a capacidade de suprir as necessidades de produção e qualidade de vida no planeta;

VII – Atividades agrossilvipastoris: são as atividades desenvolvidas em conjunto ou isoladamente, relativas à agricultura, à aquicultura, à pecuária, à silvicultura e às demais formas de exploração e manejo da fauna e da flora, destinadas ao uso econômico, à preservação e à conservação dos recursos naturais renováveis.

**Art. 3º.** A conservação de vegetação nativa nos Biomas brasileiros, em imóveis urbanos ou rurais, é considerada atividade de interesse público e deve ser fomentada por ações do Poder Público, como forma de cumprimento da função social da propriedade e do dever da coletividade com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO**

**Art. 4º.** Para propiciar a conservação e o uso sustentável dos Biomas brasileiros, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas competências legislativas e administrativas, entre outras, a adoção de ações destinadas:

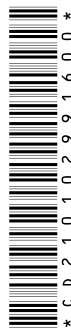
I – ao monitoramento sistemático e contínuo do desmatamento ilegal;

II – à conservação da vegetação nativa e dos demais elementos da biodiversidade, inclusive por meio da implantação de corredores de biodiversidade;

III – à criação de unidades de conservação da natureza, observando-se a adoção de providências destinadas a assegurar dotação orçamentária para sua



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sergio Souza  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210102991600>



efetiva implantação e para a justa e prévia indenização das propriedades privadas expropriadas, quando for o caso;

IV – à adoção de medidas de comando e controle, de forma eficiente e proporcional;

V – ao fomento da conservação da vegetação nativa e dos demais elementos da biodiversidade em propriedades privadas, inclusive por meio do estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), nos termos da Lei nº 9.985, de 2000;

VII – ao fomento do turismo ecológico, cultural e rural, inclusive por meio do mapeamento das áreas de interesse paisagístico, da capacitação das comunidades locais, do estímulo à produção artesanal e da divulgação dos locais turísticos de cada região do país;

VII – ao fomento do extrativismo sustentável, inclusive por meio de práticas de uso múltiplo e sustentável da vegetação nativa e dos demais elementos da biodiversidade, por meio da identificação de áreas e localidades propícias ao seu desenvolvimento, bem como do apoio à formação de comunidades extrativistas e àquelas já existentes, além da definição e implantação de estratégias de beneficiamento e comercialização dos produtos do extrativismo;

VIII – ao fomento da pesquisa científica sobre a biodiversidade de cada região do país, notadamente a aplicada para a identificação e implementação de práticas e tecnologias de uso sustentável dos recursos naturais;

IX – à implantação e ao aprimoramento de sistema de extensão qualificado para as atividades agrossilvipastoris, inclusive por meio da disseminação de informações sobre o atendimento da legislação ambiental e a adoção de boas práticas agronômicas;

X – à instituição de incentivos creditícios, inclusive por meio de linhas de crédito específicas, com juros menores e limites e prazos maiores, para o desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris que incorporem medidas de uso sustentável do solo e dos demais recursos naturais, assim entendida a





adoção de boas práticas agronômicas e o atendimento à legislação ambiental, notadamente o contido na Lei n. 12.651, de 2012;

XI – à promoção da segurança na titulação de áreas privadas e públicas, notadamente por meio de programas de regularização fundiária.

**Art. 5º.** O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE constitui instrumento de sistematização das ações do Poder Público, em cada ente federativo, destinadas à conservação e ao uso sustentável dos Biomas brasileiros, inclusive as contidas no art. 4º desta Lei.

§ 1º. Na discussão, elaboração e aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE serão observados, entre outros fatores:

I – o levantamento dos remanescentes de vegetação nativa e das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em cada Bioma do país;

II – a compatibilização com as necessidades de implantação de obras, atividades e serviços de infraestrutura, públicos ou privados;

II – a compatibilização com a viabilidade e competitividade, inclusive no âmbito externo, do desenvolvimento de atividades produtivas, notadamente aquelas da cadeia agrossilvipastoril e relacionadas à produção de alimentos e energia.

III – a realização de análise de impacto regulatório, contemplando informações e dados sobre os seus possíveis efeitos, com vistas a verificar a razoabilidade do seu impacto econômico e social.

§ 2º. O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE de cada ente federativo será instituído por meio de lei específica, aprovada pelo Poder Legislativo, com a adoção de medidas destinada a propiciar a participação popular durante o processo legislativo, a qual será revista a cada 10 (dez) anos.

§ 3º. O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, considerando as características de cada região do país, contemplará prioridade para a implantação de novas atividades agrossilvipastoris em áreas já desmatadas ou substancialmente degradadas, bem como não implicará a incidência de



restrições adicionais a atividades agrossilvipastoris em áreas já utilizadas e nem a sua realocação compulsória.

§ 4º. O regulamento desta Lei disporá sobre os demais requisitos de conteúdo do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, bem como a articulação entre os instrumentos aprovados por cada ente federativo.

§ 5º. A ausência da instituição do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE em determinado local não será utilizada como fundamento para restringir a realização de atividades produtivas, públicas ou privadas, as quais se sujeitam à legislação ambiente vigente.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO BIOMAS

**Art. 6º.** Fica instituído o Fundo Biomas, vinculado ao Poder Executivo Federal, destinado ao financiamento de projetos relacionados à conservação e uso sustentável da vegetação nativa e demais elementos da biodiversidade dos Biomas brasileiros.

Parágrafo único: No âmbito do Fundo Biomas, serão financiados projetos específicos relacionados à conservação e ao uso sustentável da vegetação nativa e demais elementos da biodiversidade em cada Bioma brasileiro, em consonância com as ações do Poder Público, indicadas art. 4º desta Lei.

**Art. 7º.** Constituirão recursos do Fundo Biomas:

I - dotações orçamentárias da União;

II - recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou internacionais;

III - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV - outros, destinados em lei.

§ 1º Poderão ser beneficiários dos recursos do Fundo Biomas projetos apresentados e/ou executados por particulares, órgãos públicos, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil de interesse público que



desenvolvam ações de conservação e uso sustentável da vegetação nativas e demais elementos da biodiversidade, contemplando áreas como:

I - gestão de florestas públicas e áreas protegidas;

II - controle, monitoramento e fiscalização ambiental;

III - manejo florestal sustentável;

IV - atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação e dos demais elementos da biodiversidade;

V – disseminação e adoção de boas práticas agronômicas no desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris;

VI - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;

VII - recuperação de áreas desmatadas.

§ 2º Os projetos financiados pelo Fundo Biomas poderão ser destinados a áreas públicas ou privadas, observada a legislação específica quanto à prestação de contas da utilização de recursos públicos.

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor em 90 dias, contados a partir de sua publicação.

### Justificativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os biomas podem ser definidos como *“um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e que podem ser identificados a nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria”*.

Os biomas brasileiros, denominados: Bioma Amazônia, Bioma Mata Atlântica, Bioma Caatinga, Bioma Cerrado, Bioma Pantanal e Bioma Pampa, são delimitados pelo mesmo órgão, e estão definidos em mapa elaborado em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Bioma Amazônia é o maior bioma do Brasil, num território de 4,196.943 milhões de km<sup>2</sup> englobando uma das maiores bacias hidrográficas



do mundo, cobre cerca de 6 milhões de km<sup>2</sup> e tem 1.100 afluentes, com uma rica em biodiversidade e é um importante patrimônio com potencialidades ainda a serem descobertas.

O Bioma Caatinga, ocupa cerca de 11% do nosso território e é localizado na região nordeste é um bioma exclusivamente brasileiro, situada em região de clima semiárido, caracterizado pela escassez de chuvas, entre 300 e 700 mm anuais, concentradas em poucos meses do ano. Há forte insolação, baixa umidade relativa do ar e temperaturas médias elevadas (27°C). Além da baixa pluviosidade anual, a região também é assolada por secas cíclicas e longas, em geral de três a cinco anos de duração.

O Bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia, e ocupa uma área de cerca de 2 milhões de km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 22% do território nacional. É a savana de maior diversidade de espécies do planeta: concentra cerca de 5% da biodiversidade mundial e 30% da biodiversidade brasileira. e tem atributos endêmicos consideráveis. Comparável às savanas africanas é no cerrado onde ocorre o nosso maior potencial agrícola e pecuário.

O Bioma Mata Atlântica, que segundo o IBGE ocupa cerca de 13% do território brasileiro e a maior densidade populacional, com mais de 50% da população brasileira. É o bioma que ao longo dos anos teve maior interação antrópica devido a nossa colonização que se iniciou no litoral e continua sendo uma das áreas de grande biodiversidade, e é formado predominantemente por formações florestais, campos de altitude e ecossistemas associados.

O Pampa é restrito ao estado do Rio Grande do Sul, mas se estende por outros países da América do Sul como Uruguai, Argentina e Paraguai e caracteriza-se por formações de vegetação arbustiva e herbácea. O Pampa remete à ideia de campo que é a principal fisionomia do bioma onde a sua vegetação herbácea, formada por vegetação rasteira e de pequeno porte, com predominância de gramíneas. Segundo o IBGE, o Pampa ocupa uma área de 176.496 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,07% do território brasileiro.

Por último temos o Pantanal, o menor bioma brasileiro, mas uma das maiores áreas úmidas do mundo, configura uma ligação entre o Cerrado e a Amazônia e O bioma está localizado na Bacia do Alto Rio Paraguai (BAP), na Região Centro-Oeste, abrangendo os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso



do Sul, com superfície de 362.376 km<sup>2</sup>. O rio Paraguai percorre 1.693 km no território brasileiro.

A delimitação dos biomas, com a publicação do mapa, configura um importante instrumento na formulação de políticas públicas ambientais e sociais específicas. Globalmente, em vários setores, vivemos um momento de valorização dos capitais social, biológico e natural. No Brasil, não vem sendo diferente, onde temos uma preocupação crescente para uma utilização cada vez mais responsável e efetiva dos recursos naturais, garantindo o desenvolvimento sustentável.

Desde os anos 70, o país vem passando por uma incrível transformação, neste período e após a revolução agrícola brasileira, deixamos de ser importadores de alimentos para hoje sermos um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Temos recorrentemente recordes de safras, e estamos a caminho nos próximos anos de sermos o maior produtor de comida do planeta. Segundo previsões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a produção deve saltar de 232,6 milhões de toneladas da safra atual para 302 milhões até 2027/28, representando um aumento de 69 milhões de toneladas ou um crescimento de 2,5% ao ano.

É inegável o papel da agricultura e pecuária, e todas as suas cadeias produtivas, na economia e no desenvolvimento social do país, como também é evidente nosso potencial preservacionista, ambiental e biodiverso. O Brasil, precisa de segurança jurídica para continuar crescendo com sustentabilidade, e nada mais justo que regulamentar, em norma única e ajustada ao ordenamento legal hoje estipulado, a utilização e conservação de nossos biomas.

Até a aprovação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a contribuição dos agricultores, pecuaristas e extrativistas à preservação ambiental era pouco conhecida. Criado e exigido pelo Código Florestal (Lei 12.651/12), esse registro eletrônico obrigatório tornou-se um relevante instrumento de planejamento agrícola e socioambiental.

Com ele foi possível quantificar as áreas destinadas à proteção e preservação da vegetação nativa brasileira. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os produtores rurais preservam em suas propriedades 218.245.801 de hectares, o que corresponde a 25,6% de todo o território brasileiro e em todos os Biomas. Isso somado as Unidades de



Conservação (10,4%), as Terras indígenas (13,8%), e as terras devolutas e não cadastradas (16,5%), temos um percentual de preservação total de 66,3% de nosso território.

O mesmo Código obrigou, a preservação de Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) nas propriedades, estipulando inclusive os percentuais de RL por bioma. Na Amazônia Legal, 80% no imóvel situado em área de florestas, 35% no imóvel situado em área de cerrado e 20% no imóvel situado em área de campos gerais. Nas demais regiões do País, 20% de RL. Somos um dos únicos países produtivos do mundo que obrigam por lei a preservação ambiental dentro de propriedades privadas.

Levando em consideração que continuamos sendo um dos países produtivos que mais preserva suas matas nativas, e que, após a aprovação do Código Florestal diversos dispositivos são questionados judicialmente por se sobrepor às legislações dos biomas, precisamos urgentemente ajustar as políticas públicas ambientais desses biomas a este importante instrumento legal em vigor.

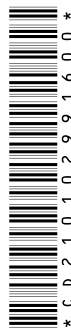
Assim, é urgente a aprovação de políticas públicas voltadas para a uso sustentável dos biomas brasileiros, com medidas que promovam o uso sustentável e a ampliação das áreas protegidas e o combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais. Em vista desses argumentos, contamos com o apoio dos nobres pares, para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sergio Souza  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210102991600>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º (VETADO).

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. *(“Caput” do artigo acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: *(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras; *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia; *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;

V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de

vegetação nativa; *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, convertida na Lei nº 12.727, de 17/10/2012)*

VII – *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, e não mantido pela Lei nº 12.727, de 17/10/2012, na qual foi convertida a referida Medida Provisória)*

VIII - *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 571, de 25/5/2012, e não mantido pela Lei nº 12.727, de 17/10/2012, na qual foi convertida a referida Medida Provisória)*

Art. 2º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 1º Na utilização e exploração da vegetação, as ações ou omissões contrárias às disposições desta Lei são consideradas uso irregular da propriedade, aplicando-se o procedimento sumário previsto no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, sem prejuízo da responsabilidade civil, nos termos do § 1º do art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e das sanções administrativas, civis e penais.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão;

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

## **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies; entre espécies e de ecossistemas;

IV - recurso ambiental: a atmosfera, a águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

VII - conservação *in situ* : conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

.....  
.....

|                         |
|-------------------------|
| <b>FIM DO DOCUMENTO</b> |
|-------------------------|